Docusign Envelope ID: 0A73981F-45BD-4BA8-9448-CCF3B7534AC0

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

www.cesp.com.br

Mensagem da Administração

Senhores Acionistas: em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços pelo apoio, cooperação e a confiança em nós depositada e, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho apresentado. São Paulo, 24 de fevereiro de 2025.

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	1.469.889	1.389.769	1.175.265	1.271.219
Custo com energia elétrica	(540.337)	(383.386)	(288.098)	(276.792)
Custo com operação	(484.660)	(439.591)	(433.012)	(439.591)
Lucro bruto	444.892	566.792	454.155	554.836
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(128.753)	(86.318)	(112.607)	(79.617)
Outras receitas operacionais, líquidas	1.652.988	137.273	1.653.418	137.491
	1.524.235	50.955	1.540.811	57.874
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.969.127	617.747	1.994.966	612.710
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	–	–	(10.668)	31.025
	–	–	(10.668)	31.025
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	282.176	660.924	180.579	602.743
Despesas financeiras	(597.268)	(700.937)	(519.447)	(685.354)
	(315.092)	(40.013)	(338.868)	(82.611)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.654.035	577.734	1.645.430	561.124
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	(1.337)	(621.401)	584	(605.466)
Diferidos	(574.798)	(405.703)	(568.114)	(405.028)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.077.900**	**(449.370)**	**1.077.900**	**(449.370)**

Demonstração do resultado abrangente

	Consolidado e Controladora	
	2024	2023
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.077.900	(449.370)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado	–	–
Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	528.020	(201.226)
Total do resultado abrangente do exercício	**1.605.920**	**(650.596)**

Balanço patrimonial

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.855.465	1.385.029	994.911	865.216
Contas a receber de clientes	176.634	170.187	147.364	159.148
Tributos a recuperar	108.859	73.690	75.913	66.965
Dividendos a receber	–	–	–	7.368
Partes relacionadas	58.935	–	24.680	–
Despesas antecipadas	2.542	9.041	1.948	6.073
Outros ativos	8.080	12.540	7.991	12.759
	2.210.515	1.650.487	1.252.807	1.117.529
Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda	–	8.378	–	8.378
	2.210.515	1.658.865	1.252.807	1.125.907
Não circulante				
Fundo de liquidez - Conta reserva	27.552	14.823	–	–
Partes relacionadas	28.855	–	1.706	–
Cauções e depósitos judiciais	68.044	170.422	67.243	168.891
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.859.976	2.698.782	1.858.446	2.698.570
Ativo sujeito à indenização	21.799	21.799	21.799	21.799
Outros ativos	8.407	7.249	8.104	6.946
	2.014.633	2.913.075	1.957.298	2.896.206
Investimentos	–	–	1.933.254	1.931.921
Imobilizado	8.247.449	7.190.453	6.255.055	5.322.128
Intangível	1.983.401	1.766.225	1.983.101	1.765.944
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	37.501	39.563	617	1.105
	12.282.984	11.909.316	12.129.325	11.917.304
Total do ativo	**14.493.499**	**13.568.181**	**13.382.132**	**13.043.211**

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Financiamentos e debêntures	51.131	100.397	37.197	99.660
Fornecedores	119.355	164.276	42.045	50.485
Arrendamentos	1.281	1.069	634	611
Partes relacionadas	76.554	–	57.946	–
Obrigações estimadas e folha de pagamento	12.921	15.487	11.439	14.010
Tributos a recolher	15.329	16.148	11.468	12.652
Encargos setoriais	18.881	23.129	18.881	23.129
Dividendos a pagar	256.274	273	256.274	273
UBP - Uso do bem público	11.714	38.549	11.714	38.549
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	57.200	41.861	53.674	41.861
Provisão para litígios	69.681	107.741	69.681	107.741
Outros passivos	17.949	28.284	17.153	21.942
	708.270	537.214	588.106	410.913
Não circulante				
Financiamentos e debêntures	3.928.740	2.296.459	3.065.277	1.938.074
Arrendamentos	38.754	39.921	–	505
Partes relacionadas	34.339	–	290	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.002	–	–	–
UBP - Uso do bem público	–	10.178	–	10.178
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	182.638	150.131	140.958	150.130
Provisão para litígios	753.624	875.374	753.505	874.506
Benefícios pós-emprego	841.290	1.633.085	841.290	1.633.085
Outros passivos	58.761	64.633	53.625	64.634
	5.846.148	5.069.781	4.854.945	4.671.112
Total do passivo	6.554.418	5.606.995	5.443.051	5.082.025
Patrimônio líquido				
Capital social	6.471.508	6.471.508	6.471.508	6.471.508
(–) Ações em tesouraria	(3.332)	(3.332)	(3.332)	(3.332)
Reserva de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros	1.188.754	1.774.584	1.188.754	1.774.584
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.646.947)	(2.210.672)	(1.646.947)	(2.210.672)
	7.939.081	7.961.186	7.939.081	7.961.186
Total do passivo e patrimônio líquido	**14.493.499**	**13.568.181**	**13.382.132**	**13.043.211**

Mutações do patrimônio líquido

	Capital social	(–) Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2023	6.471.508	(3.332)	1.929.098	402.560	3.386.575	–	(2.045.079)	10.141.330
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	–	–	(449.370)	–	(449.370)
Realização de custo atribuído (depreciação)	–	–	–	–	–	(35.633)	35.633	–
Ajuste de benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	(201.226)	(201.226)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	–	(485.003)	(165.593)	(650.596)
Dividendos intermediários	–	–	–		(1.529.548)	–	–	(1.529.548)
Destinação do resultado do exercício								
Absorção de prejuízo do exercício	–	–	–		(485.003)	485.003	–	–
Total de contribuições para acionistas	–	–	–	–	(2.014.551)	485.003	–	(1.529.548)
Em 31 de dezembro de 2023	6.471.508	(3.332)	1.929.098	402.560	1.372.024	–	(2.210.672)	7.961.186
Em 1º de janeiro de 2024	6.471.508	(3.332)	1.929.098	402.560	1.372.024	–	(2.210.672)	7.961.186
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	1.077.900	–	1.077.900
Realização de custo atribuído (depreciação)	–	–	–	–	–	(35.705)	35.705	–
Ajuste de benefícios pós-emprego	–	–	–	–	–	–	528.020	528.020
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	–	–	1.042.195	563.725	1.605.920
Dividendos adicionais propostos								
Dividendos intermediários deliberados	–	–	–	–	(1.372.024)	–	–	(1.372.024)
Destinação do resultado do exercício								
Constituição de reserva legal	–	–	–	53.895	–	(53.895)	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(256.001)	–	(256.001)
Retenção de lucros	–	–	–	–	732.299	(732.299)	–	–
Contribuições aos acionistas	–	–	–	53.895	(639.725)	(1.042.195)	–	(1.628.025)
Em 31 de dezembro de 2024	6.471.508	(3.332)	1.929.098	456.455	732.299	–	(1.646.947)	7.939.081

Fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.654.035	577.734	1.645.430	561.124
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização	423.054	390.411	377.061	390.333
Baixa de intangíveis	5.489	–	5.489	–
Baixa de arrendamentos	(31)	–	(31)	–
Ganho (perda) com venda de imobilizado e ativos disponíveis para venda	(27.512)	3.466	(27.512)	3.466
Equivalência patrimonial	–	–	10.668	(31.025)
Juros e variações monetárias	338.981	201.473	276.233	188.165
Apropriação de custos de captação	8.510	5.565	8.312	5.498
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais	6.503	2.919	6.501	2.903
Rendimentos sobre fundo de reserva	(2.251)	–	–	–
Custo financeiro da securitização	–	236.595	–	236.595
Constituição (reversão) de provisões				
Provisão (reversão) para litígios	(160.520)	(147.049)	(159.764)	(147.049)
Reversão de *impairment* de ativo imobilizado e intangível	(1.500.135)	–	(1.500.135)	–
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais	4.577	(2.611)	1.051	(2.611)
Provisão (reversão) de Incentivo de longo prazo	(460)	(5.168)	(460)	(5.168)
Atualizações de saldos				
Ativos indenizáveis pela União	–	(262.264)	–	(262.264)
Provisão para litígios	66.529	45.877	66.521	45.859
Benefícios pós-emprego	141.009	175.163	141.009	175.163
Custo do serviço de benefícios pós-emprego	(326)	–	–	–
Depósitos judiciais	(13.728)	(12.751)	(14.319)	(12.666)
Ajuste a valor presente				
Ativos indenizáveis pela união	–	(218.444)	–	(218.444)
Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis	–	(11.518)	–	(11.518)
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	11.127	14.041	8.678	14.041
UBP - Uso do bem público	1.512	3.754	1.512	3.754
Alienação de participação de investidas	(15.375)	–	–	–
Arrendamentos	2.290	5.605	72	25
	943.278	1.002.798	846.316	936.181
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Contas a receber de clientes	(6.447)	80.552	11.784	38.946
Ativos indenizáveis pela União	–	4.164.648	–	4.164.648
Tributos a recuperar	(35.169)	(24.028)	(8.948)	(24.499)
Despesas antecipadas	6.499	(4.604)	4.125	(4.207)
Cauções e depósitos judiciais	109.603	15.509	109.140	16.131
Partes relacionadas	38.478	–	31.850	–
Demais créditos e outros ativos	11.680	9.101	11.988	7.749
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	(11.164)	(70.933)	(18.007)	(16.304)
Obrigações estimadas e folha de pagamento	(2.566)	(2.315)	(2.571)	(2.879)
Tributos a recolher	11.648	(40.575)	1.085	(20.029)
Encargos setoriais	(4.248)	1.294	(4.248)	1.294
Pagamento de obrigações socioambientais	(23.350)	(22.809)	(23.350)	(22.809)
Pagamento de UBP - Uso do bem público	(38.667)	(44.423)	(38.667)	(44.423)
Pagamento de litígios, obrigações e acordos judiciais	(75.034)	(117.617)	(75.033)	(117.617)
Pagamento de benefícios pós-emprego	(132.448)	(110.896)	(132.448)	(110.896)
Demais obrigações e outros passivos	(1.955)	(14.179)	(5.072)	(20.501)
	790.138	4.821.523	707.944	4.780.785
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações				
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	(142.969)	(111.012)	(134.367)	(111.012)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.804)	(597.833)	(1.685)	(589.593)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	633.365	4.112.678	571.892	4.080.180
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Resgate de aplicações financeiras	–	111.595	–	111.595
Aplicação em conta reserva	(10.478)	(14.110)	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(189.565)	(1.705.534)	(14.502)	(16.616)
Aumento de capital em investidas	–	–	(12.001)	(1.330.000)
Recebimento de dividendos	–	–	7.368	4.644
Recebimento pela venda de ativo imobilizado e mantido para venda	35.173	–	35.173	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(164.870)	(1.608.049)	16.038	(1.230.377)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de recursos	1.566.501	348.208	1.100.000	–
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(151.122)	(74.993)	(150.008)	(74.993)
Custo da captação de recursos	(38.319)	(3.174)	(35.430)	–
Liquidação de arrendamentos	(3.095)	(6.189)	(773)	(161)
Pagamento de dividendos	(1.372.024)	(2.500.004)	(1.372.024)	(2.500.004)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	1.941	(2.236.152)	(458.235)	(2.575.158)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	470.436	268.477	129.695	274.645
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.385.029**	**1.116.552**	**865.216**	**590.570**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**1.855.465**	**1.385.029**	**994.911**	**865.216**

Valor adicionado

	Consolidado		Controladora	
(* Reapresentado)	2024	2023(*)	2024	2023(*)
Geração do valor adicionado				
Receita bruta	1.655.938	1.572.978	1.331.911	1.442.515
Outras receitas operacionais	41.883	36.767	41.274	36.766
	1.697.821	1.609.745	1.373.185	1.479.281
Insumos				
Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica	(540.337)	(383.386)	(288.098)	(276.792)
Serviços de terceiros e operação e manutenção	(75.983)	(57.874)	(70.580)	(55.499)
Materiais	(3.841)	(3.227)	(3.217)	(3.489)
Outros custos operacionais	(701)	(1.780)	(814)	(1.507)
	(620.862)	(446.267)	(362.709)	(337.287)
Valor adicionado bruto	1.076.959	1.163.478	1.010.476	1.141.994
Retenções				
Depreciação e amortização	(423.054)	(390.411)	(377.061)	(390.333)
	(423.054)	(390.411)	(377.061)	(390.333)
Valor adicionado líquido gerado	653.905	773.067	633.415	751.661
Transferências				
Equivalência patrimonial	–	–	(10.668)	31.025
Receitas financeiras	282.176	398.660	180.579	340.479
Atualização de ativos indenizáveis pela União	–	262.264	–	262.264
	282.176	660.924	169.911	633.768
Outras				
Reversão de litígios	160.520	147.049	159.764	147.049
Baixa de depósitos judiciais	1.497	2.426	1.497	2.426
Reversão (provisão) de *impairment* de ativo imobilizado e intangível	1.500.135	–	1.500.135	–
Reversão (recuperação) de tributos	(7.809)	2.201	(7.762)	2.201
Pagamento de litígios	(9.215)	(4.358)	(9.215)	(4.358)
Seguros	(6.125)	(4.051)	(4.078)	(4.051)
Outras despesas, operacionais líquidas	173	(17.814)	2.258	(16.055)
	1.639.176	125.453	1.642.599	127.212

	Consolidado		Controladora	
(* Reapresentado)	2024	2023(*)	2024	2023(*)
Valor adicionado a distribuir	**2.575.257**	**1.559.444**	**2.445.925**	**1.512.641**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	73.519	39.115	62.693	37.090
Benefícios	11.867	11.339	11.030	11.095
FGTS	2.058	2.162	1.904	2.090
	87.444	52.616	75.627	50.275
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e atualização monetária	548.736	429.975	485.980	415.936
Outras despesas financeiras	48.532	270.962	33.467	269.418
Aluguéis e arrendamentos	1.571	1.282	1.004	1.281
	598.839	702.219	520.451	686.635
Intrasetoriais - Encargos regulamentares				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	52.859	52.174	52.859	52.174
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.699	12.679	11.699	12.679
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	6.372	5.927	6.372	5.927
	70.930	70.780	70.930	70.780
Tributos e contribuições sociais				
Federais	732.933	1.175.947	694.316	1.147.253
INSS	7.007	6.899	6.497	6.545
Estaduais	–	144	–	314
Municipais	204	209	204	209
	740.144	1.183.199	701.017	1.154.321
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	256.001	–	–	–
Lucros (prejuízos) retidos	821.899	(449.370)	1.077.900	(449.370)
	1.077.900	(449.370)	1.077.900	(449.370)
Valor adicionado distribuído	**2.575.257**	**1.559.444**	**2.445.925**	**1.512.641**

Notas Explicativas

1. Considerações gerais

1.1 Contexto operacional: A CESP - Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia é subsidiária integral da Auren Energia S.A. ("Auren"). Em conjunto com suas controladas CESP Comercializadora de Energia S.A. ("CESP Comercializadora"), Jaíba V Holding S.A. ("Jaíba V") e SF 648 Participações Societárias S.A. ("SF 648"), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração de energia elétrica e sua respectiva comercialização. A CESP, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica, uma delas operando no regime de preço (UHE Porto Primavera) e outra em operação temporária, com remuneração via RAG (UHE Paraibuna), somando 1.627 MW de capacidade instalada e 932 MW médios de garantia física de energia. Após assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta ("UHE Porto Primavera"), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a CESP passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Adicionalmente, a controlada Jaíba V tem como objetivo desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de energia elétrica por fonte solar. O complexo solar Sol de Jaíba possui 500 MW de capacidade instalada, sendo que todas as unidades geradoras entraram em operação comercial ao longo de 2024 e possuem prazo de término da autorização em fevereiro de 2055. A Companhia e suas controladas operacionais possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade Instalada (Mw)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração hidrelétrica				
CESP - Companhia Energética de São Paulo, por meio da UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Bataiporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
CESP - Companhia Energética de São Paulo, por meio da UHE Paraibuna	87,0	Paraibuna - SP	24/04/1978	03/06/2022
Total Geração Hidrelétrica	1.627,0			
Complexo Solar Jaibas ("UFV Jaibas"):				
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	20,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Total Complexo Solar	500,0			
Total de capacidade	2.103,0			

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024: 1.2.1 Principais eventos societários: (a) Movimentação de capital em controladas: Em 15 de agosto de 2024 foi realizado o aumento de capital social na controlada Jaíba V Holding S.A., no valor de R$ 12.001. **(b) Deliberação e pagamento de dividendos intermediários:** Em 30 de outubro de 2024, em Reunião do Conselho de Administração, foram deliberados dividendos intermediários, pagos na mesma data, à sua controladora Auren no valor de 1.372.024, advindos da conta de reserva de lucros. **1.2.2 Principais eventos operacionais: (a) Entrada em operação das unidades geradoras do parque solar de Sol de Jaíba:** Durante 2024, todas as SPEs do parque solar de Sol de Jaíba entraram em operação comercial, conforme detalhes dos despachos emitidos pela ANEEL a seguir:

Despacho ANEEL	Data	Unidade	Unidade Geradora e capacidade instalada	Localização
879	20/03/2024	Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG77 - 23.876 kW	Jaíba - MG
880	20/03/2024	Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	UG53 a UG129 - 23.876 kW	Jaíba - MG
1011	29/03/2024	Jaíba C Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000 kW	Jaíba - MG
1046	03/04/2024	Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000 kW	Jaíba - MG
1167	12/04/2024	Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
1402	04/05/2024	Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
1604	25/05/2024	Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
1908	27/06/2024	Jaíba S Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
2192	26/07/2024	Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
2271	05/08/2024	Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG65 - 20.000kW	Jaíba - MG
2323	13/08/2024	Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
2490	27/08/2024	Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG
2847	20/09/2024	Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG129 - 40.000kW	Jaíba - MG

(b) Emissão de debêntures: Em 21 de março de 2024, a Companhia anunciou a oferta pública da 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no montante total de R$ 1.100.000 e prazo de dez anos, vencendo, portanto, em 15 de abril de 2034. Em 15 de abril de 2024, o procedimento de *bookbuilding* foi concluído tendo sido definida a remuneração das debêntures a uma taxa de IPCA + 6,1661% ao ano. A liquidação dessa emissão ocorreu em 18 de abril de 2024.

2. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade: (a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais: As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), consolidada e individual, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras** O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 24 de fevereiro de 2025, autorizando sua divulgação. **2.1.2 Base de apresentação** A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R$). **2.3 Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes. **(a) Controladas:** As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. A seguir a tabela de empresas controladas incluídas na consolidação destas demonstrações financeiras:

	2024: Capital total	2024: Capital votante	2023: Capital total	2023: Capital votante	Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
Comercialização							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Jaíba V Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais- Brasil	Geração de energia elétrica
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Societárias S.A.	57,6%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
SF 593 Participações Societárias S.A.	64%	100%	64%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.	51%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Outros							
SF 648 Participações societárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB: (a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas: Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. **(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas:** Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis. **Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18:** Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas. O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo. **Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 19:** Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas). O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo. **Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board ("ISSB") - IFRS S1 e IFRS S2:** Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2: (i) IFRS S1 (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade; (ii) IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* ("TCFD") e métricas derivadas dos padrões *Sustainability Accounting Standards Board* ("SASB") referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

Pronunciamentos	Principais aspectos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da Companhia realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

Reforma Tributária Brasileira:

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
8	Imobilizado
9	Intangível
11	Imposto de renda e contribuição social diferidos
12	Provisão para litígios

4. Receita

Política contábil: A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 "Receita de contrato com cliente", baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN). A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração,

continua →★

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 24/02/2025 23:57:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

Docusign Envelope ID: 0A73981F-45BD-4BA8-9448-CCF3B7534AC0

continuação

CESP - Companhia Energética de São Paulo - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Notas Explicativas

compras e consumo), denominado balanço energético. A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica: **Contratos *wholesale***: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física da Companhia. **Contratos regulados:** representados por contratos de venda de energia firmados nos leilões do ambiente regulado. **Energia de curto prazo - CCEE:** decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia. valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

	Consolidado			
	2024		2023	
	MWh (*)	R$ Mil	MWh (*)	R$ Mil
Receita bruta				
Venda de energia				
Contratos *Wholesale*	226.965	46.324	1.387.732	389.931
Partes relacionadas (Nota 18)	6.404.975	941.790	4.565.614	537.704
Contratos regulados	2.020.320	641.302	2.014.800	613.584
Energia de curto prazo - CCEE	–	26.522	–	31.759
	8.652.260	1.655.938	7.968.146	1.572.978
Outras receitas (despesas)				
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	–	37.194	–	32.584
Outras receitas	–	4.689	–	4.183
	–	41.883	–	36.767
	8.652.260	1.697.821	7.968.146	1.609.745
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	–	(156.798)	–	(148.843)
ICMS sobre receitas operacionais	–	–	–	(144)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	–	(52.859)	–	(52.174)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	–	(11.699)	–	(12.679)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	–	(6.372)	–	(5.927)
Imposto sobre serviços - ISS	–	(204)	–	(209)
	–	(227.932)	–	(219.976)
Receita líquida	8.652.260	1.469.889	7.968.146	1.389.769

(*) Megawatt-hora, não auditado.

	Controladora			
	2024		2023	
	MWh (*)	R$ Mil	MWh (*)	R$ Mil
Receita bruta				
Venda de energia				
Contratos *Wholesale*	–	–	1.387.732	392.912
Partes relacionadas (Nota 18)	4.943.014	672.540	3.872.222	404.199
Contratos regulados	2.020.320	641.302	2.014.800	613.584
Energia de curto prazo - CCEE	–	18.069	–	31.820
	6.963.334	1.331.911	7.274.754	1.442.515
Outras receitas				
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	–	37.194	–	32.584
Outras receitas	–	4.080	–	4.182
	–	41.274	–	36.766
	6.963.334	1.373.185	7.274.754	1.479.281
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	–	(126.786)	–	(136.759)
ICMS sobre receitas operacionais	–	–	–	(314)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	–	(52.859)	–	(52.174)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	–	(11.699)	–	(12.679)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	–	(6.372)	–	(5.927)
Imposto sobre serviços - ISS	–	(204)	–	(209)
	–	(197.920)	–	(208.062)
Receita líquida	6.963.334	1.175.265	7.274.754	1.271.219

(*) Megawatt-hora, não auditado.

5. Custos e despesas operacionais líquidas

	Consolidado					
					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e adminis-trativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada (Nota 5.1)	(268.495)	–	–	–	(268.495)	(161.853)
Encargos de uso da rede elétrica	(271.842)	–	–	–	(271.842)	(221.533)
Depreciação e amortização	–	(420.192)	(2.862)	–	(423.054)	(390.411)
Pessoal	–	**(24.025)**	**(70.426)**	–	**(94.451)**	**(59.515)**
Pessoal	–	(24.025)	(70.426)	–	(94.451)	(59.515)
Materiais	–	**(3.782)**	**(59)**	–	**(3.841)**	**(3.227)**
Materiais	–	(3.782)	(59)	–	(3.841)	(3.227)
Serviços	–	**(28.818)**	**(47.165)**	–	**(75.983)**	**(57.874)**
Serviços de terceiros	–	(22.639)	(47.120)	–	(69.759)	(52.664)
Serviços de manutenção e conservação		(6.179)	(45)	–	(6.224)	(5.210)
Outros	–	**(7.843)**	**(8.241)**	–	**(16.084)**	**(14.882)**
Aluguéis e arrendamentos	–	(1.571)	–	–	(1.571)	(1.282)
Seguros	–	(1.690)	(4.435)	–	(6.125)	(4.051)
Impostos, taxas e contribuições	–	(701)	(1.620)	–	(2.321)	(1.780)
Outras despesas líquidas	–	(3.881)	(2.186)	–	(6.067)	(7.769)
Demais (despesas) receitas	–	–	–	**1.652.988**	**1.652.988**	**137.273**
Ganho (perda) com venda de imobilizado e ativos disponíveis para venda	–	–	–	27.512	27.512	(3.466)
Baixa de intangíveis	–	–	–	(5.489)	(5.489)	–
Reversão para litígios	–	–	–	160.520	160.520	147.049
Pagamento de litígios	–	–	–	(9.215)	(9.215)	(4.358)
Reversão (provisão) de impairment de ativo imobilizado e intangível	–	–	–	1.500.135	1.500.135	–
Reversão de tributos	–	–	–	(7.809)	(7.809)	2.201
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	1.497	1.497	2.426
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	–	–	–	(1.051)	(1.051)	2.611
Demais (despesas) receitas líquidas	–	–	–	(13.112)	(13.112)	(9.190)
	(540.337)	(484.660)	(128.753)	1.652.988	499.238	(772.022)

	Controladora					
					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e adminis-trativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada (Nota 5.1)	(57.087)	–	–	–	(57.087)	(55.662)
Encargos de uso da rede elétrica	(231.011)	–	–	–	(231.011)	(221.130)
Depreciação e amortização	–	(374.276)	(2.785)	–	(377.061)	(390.333)
Pessoal	–	**(23.829)**	**(58.295)**	–	**(82.124)**	**(56.820)**
Pessoal	–	(23.829)	(58.295)	–	(82.124)	(56.820)
Materiais	–	**(3.167)**	**(50)**	–	**(3.217)**	**(3.489)**
Materiais	–	(3.167)	(50)	–	(3.217)	(3.489)
Serviços	–	**(26.613)**	**(43.967)**	–	**(70.580)**	**(55.499)**
Serviços de terceiros	–	(21.564)	(43.940)	–	(65.504)	(50.314)
Serviços de manutenção e conservação	–	(5.049)	(27)	–	(5.076)	(5.185)
Outros	–	**(5.127)**	**(7.510)**	–	**(12.637)**	**(13.067)**
Aluguéis e arrendamentos	–	(1.004)	–	–	(1.004)	(1.281)
Seguros	–	–	(4.078)	–	(4.078)	(4.051)
Impostos, taxas e contribuições	–	(814)	(1.422)	–	(2.236)	(1.507)
Outras despesas líquidas	–	(3.309)	(2.010)	–	(5.319)	(6.228)
Demais (despesas) receitas	–	–	–	**1.653.418**	**1.653.418**	**137.491**
Ganho (perda) com venda de imobilizado e ativos disponíveis para venda	–	–	–	27.512	27.512	(3.466)
Baixa de intangíveis	–	–	–	(5.489)	(5.489)	–
Reversão para litígios	–	–	–	159.764	159.764	147.049
Pagamento de litígios	–	–	–	(9.215)	(9.215)	(4.358)
Reversão (provisão) de impairment de ativo imobilizado e intangível	–	–	–	1.500.135	1.500.135	–
Reversão de tributos	–	–	–	(7.762)	(7.762)	2.201
Baixa de depósitos judiciais	–	–	–	1.497	1.497	2.426
Provisão para obrigações socioambientais	–	–	–	(1.051)	(1.051)	2.611
Demais (despesas) receitas líquidas	–	–	–	(11.973)	(11.973)	(8.972)
	(288.098)	(433.012)	(112.607)	1.653.418	819.701	(658.509)

5.1 Energia comprada:

	Consolidado	
	2024	2023
Energia comprada para revenda	(13.205)	(3.452)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(192.876)	(109.505)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(32.022)	(30.524)
Energia de curto prazo - CCEE	(29.010)	(18.372)
Outros custos	(1.382)	–
	(268.495)	(161.853)

	Controladora	
	2024	2023
Energia comprada para revenda	(9.334)	(7.588)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	(9.713)	(7)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(32.022)	(30.524)
Energia de curto prazo - CCEE	(5.171)	(17.543)
Outros custos	(847)	–
	(57.087)	(55.662)

6. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	–	262.264	–	262.264
Rendimento sobre equivalentes de caixa e conta reserva	249.198	289.894	171.678	229.098
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas	20.072	–	–	–
Ajuste a valor presente sobre opção de compra de ações alienadas (i)	7.210	–	–	–
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	13.728	12.751	13.993	12.666
Reversão do ajuste a valor presente pela securitização	–	218.444	–	218.444
Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis	–	11.518	–	11.518
Outras receitas financeiras	3.821	4.708	3.082	4.575
(–) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - Indenização de Três Irmãos	–	(124.800)	–	(124.800)
(–) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - demais itens	(11.853)	(13.855)	(8.174)	(11.022)
	282.176	660.924	180.579	602.743
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e debêntures	(213.476)	(125.090)	(149.295)	(111.069)
Juros e variações monetárias capitalizados	1.433	1.962	–	–
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	(126.938)	(83.344)	(126.938)	(83.344)
Atualização monetária sobre provisão para litígios	(66.529)	(45.877)	(66.521)	(45.859)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	(141.010)	(175.163)	(141.010)	(175.163)
Custo financeiro da securitização	–	(236.595)	–	(236.595)
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas	(4.697)	–	–	–
Apropriação de custos de captações	(8.510)	(5.565)	(8.312)	(5.498)
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais	(6.503)	(2.919)	(6.501)	(2.903)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	(11.127)	(14.041)	(8.678)	(14.041)
Atualização monetária sobre acordos judiciais	(2.216)	(501)	(2.216)	(501)
Ajuste a valor presente sobre UBP	(1.512)	(3.754)	(1.512)	(3.754)
Outras despesas financeiras	(16.183)	(10.050)	(8.464)	(6.627)
	(597.268)	(700.937)	(519.447)	(685.354)
	(315.092)	(40.013)	(338.868)	(82.611)

(i) O montante de R$ 7.210 de ajuste a valor presente sobre o saldo a pagar de opção de compra de ações alienadas, referente aos contratos de autoprodução, realizado com a controladora NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.

7. Investimentos

Política contábil: As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

a) Composição:

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2024				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Prejuízodo exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	87.408	(2.583)	100,00	100,00	(2.583)	13.335	87.408	89.991
Jaíba V Holding S.A.	1.845.846	(8.085)	100,00	100,00	(8.085)	17.690	1.845.846	1.841.930
SF 648 Participações Societárias S.A.	–	–	100,00	100,00	–	–	–	–
					(10.668)	31.025	1.933.254	1.931.921

b) Movimentação:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	1.931.921	578.264
Equivalência patrimonial	(10.668)	31.025
Aumento de capital em controladas - via transferência bancária	12.001	1.330.000
Dividendos mínimos obrigatórios propostos das investidas		
CESP Comercializadora de Energia S.A.	–	(3.167)
Jaíba V Holding S.A.	–	(4.201)
Saldo no final do exercício	1.933.254	1.931.921

c) Informações sobre as empresas investidas: Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em dezembro de 2024 e de 2023:

	2024									
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Prejuízo do exercício
Controladas										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	169.817	2.389	(84.798)	–	(87.408)	781.887	(795.628)	1.318	9.840	(2.583)
Jaíba V Holding S.A.	200.273	1.693.679	(908)	(47.198)	(1.845.846)	–	(25.948)	(8.263)	26.126	(8.085)

	2023									
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Lucro líquido do exercício
Controladas										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	131.194	1.105	(42.308)	–	(89.991)	438.264	(428.863)	(6.637)	10.571	13.335
Jaíba V Holding S.A.	21.309	1.825.519	(4.885)	(13)	(1.841.930)	–	16.969	(198)	919	17.690

8. Imobilizado

Política contábil: É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido. Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

a) Composição e movimentação:

	Consolidado										
										2024	2023
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmo-bilização de ativos	Painéis solares	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento (ii)	Total	Total
Saldo no início do exercício											
Custo	302.747	2.262.945	2.623.442	8.750.576	199.322	–	8.400	3.615	1.884.528	16.035.575	14.285.071
Depreciação acumulada	(41.039)	(1.568.581)	(1.723.533)	(4.191.374)	(97.461)	–	(6.715)	(1.361)	–	(7.630.064)	(7.338.700)
Provisão para *impairment*	(31.299)	(232.048)	(266.347)	(685.364)	–	–	–	–	–	(1.215.058)	(1.215.058)
Saldo líquido no início do exercício	230.409	462.316	633.562	3.873.838	101.861	–	1.685	2.254	1.884.528	7.190.453	5.731.313
Adições (i)	–	–	–	37	–	–	–	–	184.355	184.392	1.819.712
Remensuração desmobilização de ativos	–	–	–	–	16.262	–	–	–	–	16.262	(24.133)
Baixas	(3.184)	(409)	–	–		–	–	–	–	(3.593)	(10.696)
Depreciação	(7.817)	(43.363)	(86.839)	(166.550)	(19.552)	(31.230)	(126)	(324)	–	(355.801)	(324.079)
Reversão de *impairment* (Nota 10 (c))	31.299	232.048	266.347	685.364	–	–	–	–	–	1.215.058	–
Transferências (iii)	11.427	17.207	582.745	–	39.231	1.396.984	99	3.643	(2.051.391)	(55)	(1.664)
Reversão ativos mantidos para venda	–	733	–	–	–	–	–	–	–	733	–
Saldo no final do exercício	262.134	668.532	1.395.815	4.392.689	137.802	1.365.754	1.658	5.573	17.492	8.247.449	7.190.453
Custo	310.991	2.280.476	3.206.186	8.750.614	254.815	1.396.984	8.499	7.258	17.492	16.233.314	16.068.290
Depreciação acumulada	(48.856)	(1.611.944)	(1.810.372)	(4.357.924)	(117.013)	(31.230)	(6.841)	(1.685)	–	(7.985.865)	(7.662.779)
Provisão para *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.215.058)
Saldo líquido no final do exercício	262.135	668.532	1.395.814	4.392.690	137.802	1.365.754	1.658	5.573	17.492	8.247.449	7.190.453
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	3,3%	5,0%	2,0%	1,0%	4,0%	15,0%	6,3%			

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve desembolso caixa no valor de R$189.565, em que o montante de R$ 2.060 se refere ao líquido entre: saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) saldo que não resultou em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; e (iii) adiantamentos ocorridos em 2024. O saldo de transferências deve-se substancialmente à construção do projeto Sol de Jaíba. **(ii)** Refere-se ao início da operação de determinadas unidades do projeto Sol de Jaíba, conforme citado na Nota 1.2.2 (a). **(iii)** Refere-se a construção do projeto solar Sol de Jaíba. A correta alocação dos ativos nas respectivas classes será concluída conforme citado na Nota 1.2.2 (a).

	Controladora									
									2024	2023
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmo-bilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	302.747	2.262.945	2.623.442	8.750.576	199.322	8.400	3.615	16.203	14.167.250	14.222.354
Depreciação acumulada	(41.039)	(1.568.581)	(1.723.533)	(4.191.374)	(97.461)	(6.715)	(1.361)	–	(7.630.064)	(7.338.700)
Provisão para *impairment*	(31.299)	(232.048)	(266.347)	(685.364)	–	–	–	–	(1.215.058)	(1.215.058)
Saldo líquido no início do exercício	230.409	462.316	633.562	3.873.838	101.861	1.685	2.254	16.203	5.322.128	5.668.596
Adições	–	–	–	37	–	–	–	15.119	15.156	14.104
Remensuração desmobilização de ativos	–	–	–	–	16.262	–	–	–	16.262	(24.133)
Baixas	(3.184)	(409)	–	–	–	–	–	–	(3.593)	(10.696)
Depreciação	(7.817)	(42.995)	(74.156)	(166.550)	(18.748)	(126)	(298)	–	(310.690)	(324.079)
Reversão de *impairment* (Nota 10 (c)	31.299	232.048	266.347	685.364	–	–	–	–	1.215.058	–
Transferências	3.640	124	11.185	–	–	99	2.671	(17.719)	–	(1.664)
Reversão ativos mantidos para venda	–	733	–	–	–	–	–	–	733	–
Saldo no final do exercício	254.347	651.817	836.938	4.392.689	99.375	1.658	4.627	13.603	6.255.054	5.322.128
Custo	303.204	2.263.393	2.634.626	8.750.614	215.584	8.499	6.286	13.603	14.195.809	14.167.250
Depreciação acumulada	(48.856)	(1.611.576)	(1.797.689)	(4.357.924)	(116.209)	(6.841)	(1.659)	–	(7.940.754)	(7.630.064)
Provisão para *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.215.058)
Saldo líquido no final do exercício	254.348	651.817	836.937	4.392.690	99.375	1.658	4.627	13.603	6.255.055	5.322.128
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	3,3%	5,0%	2,0%	1,0%	15,0%	6,3%			

b) Custo atribuído (*deemed cost*): Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes. O efeito líquido da primeira adoção do custo atribuído para todas as usinas que a Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém individualmente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com o fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R$ 785.841 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 821.546 em 31 de dezembro de 2023), que será realizado pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

	Consolidado e controladora		
	Custo atribuído	Impostos diferidos	Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.798.044)	1.631.335	(3.166.709)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(1.244.766)	423.220	(821.546)
Realização no exercício (depreciação)	54.097	(18.392)	35.705
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(1.190.669)	404.828	(785.841)

c) Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação de *impairment:* O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável. Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos: **Premissas utilizadas no teste de *impairment:*** O valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa. A metodologia de cálculo do *impairment* considera: **(i)** Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela Companhia, incluindo o período de prorrogação. **(ii)** Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização. **(iii)** Como a concessão da UHE Paraibuna encerrou em 05 de maio de 2022, e atualmente a Companhia está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de *impairment* do exercício de 2024. A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 6,39% a.a. *pre-tax* (6,80% a.a. *pre-tax* no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), considerada pela Administração da Companhia como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são, principalmente, o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia. **Resultados do teste de *impairment:*** Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado, os valores recuperáveis desses ativos foram superiores aos seus valores contábeis, levando à reversão das perdas por desvalorização anteriormente registradas na UHE Porto Primavera. Portanto ocorreu reversão de provisão de *impairment* no valor total registrado, de R$ 1.500.135. A Companhia continuará monitorando as condições que possam afetar o valor recuperável dos ativos e, caso ocorram mudanças adicionais nas circunstâncias que afetem os valores recuperáveis, revisará periodicamente a necessidade de ajuste contábil.

	Consolidado		
			2024
Usina	Valor contábil imobilizado e intangível	Valor Justo	Reversão de *Impairment*
UHE Porto Primavera	6.563.281	9.077.309	1.500.135
	6.563.281	9.077.309	1.500.135

Análise de sensibilidade	Consolidado		
GSF	-2 p.p.	Atual	+2 p.p.
Impairment	395.683	285.077	174.471

9. Intangível

Política contábil: *Software* e licença de uso: As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos *softwares* são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos. **Repactuação risco hidrológico:** Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015. **UBP - Uso do bem público:** Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente. A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados. **Direito de outorga:** O Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera). A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão. **a) Composição e movimentação**

	Consolidado							
							2024	2023
	Repac-tuação risco hidro-lógico	*Soft-wares* e licença de uso	Direi-tos de outorga	UBP	Direi-tos de explo-ração	Intan-gível em anda-mento	Total	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	781.974	32.985	1.398.703	179.895	2.526	2.798	2.398.881	2.403.131
Provisão para *impairment*	(285.077)	–	–	–	–	–	(285.077)	(285.077)
Amortização acumulada	(91.469)	(29.092)	(201.023)	(25.995)	–	–	(347.579)	(293.153)
Saldo líquido no início do exercício	405.428	3.893	1.197.680	153.900	2.526	2.798	1.766.225	1.824.901
Adições	–	55	–	–		3.150	3.205	3.003
Amortizações	(21.411)	(1.420)	(38.060)	(4.914)	–	–	(65.805)	(66.185)
Baixas	–	–	–	–	(2.526)	(2.972)	(5.498)	–
Remensuração	–	–	–	142	–	–	142	2.842
Reversão de *impairment*	285.077						285.077	–
Transferências	–	55	–	–	–	–	55	1.664
Saldo no final do exercício	669.094	2.583	1.159.620	149.128	–	2.976	1.983.401	1.766.225
Custo	781.974	33.095	1.398.703	180.037	–	2.976	2.396.785	2.410.640
Provisão para *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	(285.077)
Amortização acumulada	(112.880)	(30.512)	(239.083)	(30.909)	–	–	(413.384)	(359.338)
Saldo líquido no final do exercício	669.094	2.583	1.157.094	149.128	–	2.976	1.983.401	1.766.225
Taxas médias anuais de amortização - %	2,9%	20,0%	3,0%	3,0%				

	Controladora							
							2024	2023
	Repactuação risco hidrológico	*Softwares* e licença de uso	Direitos de outorga	UBP	Direitos de exploração	Intangível em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	781.974	32.598	1.398.703	179.895	2.526	2.781	2.398.477	2.402.744
Provisão para *impairment*	(285.077)	–	–	–	–	–	(285.077)	(285.077)
Amortização acumulada	(91.469)	(28.969)	(201.023)	(25.995)	–	–	(347.456)	(293.108)
Saldo líquido no início do exercício	405.428	3.629	1.197.680	153.900	2.526	2.781	1.765.944	1.824.559
Adições	–	–	–	–	–	3.149	3.149	2.986
Amortizações	(21.411)	(1.328)	(38.060)	(4.914)	–	–	(65.713)	(66.107)
Baixas	–	–	–	–	(2.526)	(2.972)	(5.498)	–
Remensuração	–	–	–	142	–	–	142	2.842
Reversão de *impairment*	285.077	–	–	–	–	–	285.077	–
Transferências	–	–	–	–	–	–	–	1.664
Saldo no final do exercício	669.094	2.301	1.159.620	149.128	–	2.958	1.983.101	1.765.944
Custo	781.974	32.598	1.398.703	180.037	–	2.958	2.396.270	2.398.477
Provisão para *impairment*	–	–	–	–	–	–	–	(285.077)
Amortização acumulada	(112.880)	(30.297)	(239.083)	(30.909)	–	–	(413.169)	(347.456)
Saldo líquido no final do exercício	669.094	2.301	1.159.620	149.128	–	2.958	1.983.101	1.765.944
Taxas médias anuais de amortização - %	2,9%	20,0%	3,0%	3,0%				

10. Financiamentos e debêntures

Política contábil: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os financiamentos e as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

a) Composição:

		Consolidado 2024									
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures - 12ª emissão	IPCA+4,30%	–	(5.014)	31.763	26.748	1.985.395	(23.400)	–	1.961.995	1.988.744	1.716.536
Debêntures - 13ª emissão	IPCA+6,17%	–	(3.624)	14.073	10.449	1.132.757	(29.475)	–	1.103.282	1.113.731	990.891
BNB	IPCA+5,76%(i)	11.602	(263)	2.595	13.934	801.992	(5.534)	67.005	863.463	877.397	1.069.894
		11.602	(8.901)	48.430	51.131	3.920.144	(58.409)	67.005	3.928.740	3.979.871	3.777.321

		Consolidado 2023									
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures - 11ª emissão	CDI+1,64%	75.004	(483)	528	75.049	75.004	(483)	–	74.521	149.570	152.998
Debêntures - 12ª emissão	IPCA+4,30%	–	(5.014)	29.625	24.611	1.891.967	(28.414)	–	1.863.553	1.888.164	1.743.621
BNB	IPCA+5,45%(i)	669	(90)	158	737	347.539	(3.016)	13.862	358.385	359.122	474.688
		75.673	(5.587)	30.311	100.397	2.314.510	(31.913)	13.862	2.296.459	2.396.856	2.371.307

(i) Nos contratos de financiamentos celebrados junto ao BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando as parcelas das dívidas forem liquidadas até as datas de seus respectivos vencimentos.

continua

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 24/02/2025 23:57:33 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site https://flip.gazetasp.com.br

Docusign Envelope ID: 0A73981F-45BD-4BA8-9448-CCF3B7534AC0

continuação

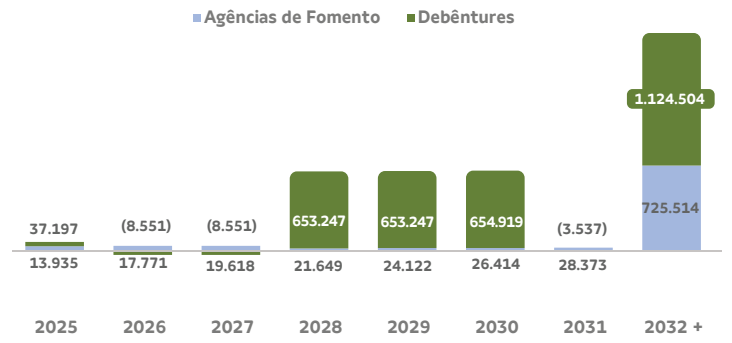
CESP - Companhia Energética de São Paulo - CNPJ: 60.933.603/0001-78 - Companhia Aberta

Notas Explicativas

		Controladora 2024									
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	**Encargos anuais médios**	**Principal**	**Custo de captação**	**Encargos**	**Total**	**Principal**	**Custo de captação**	**Encargos**	**Total**	**Total**	**Valor justo**
Debêntures - 12ª emissão	IPCA+4,30%	–	(5.014)	31.763	26.748	1.985.395	(23.400)	–	1.961.995	1.988.744	1.716.536
Debêntures - 13ª emissão	IPCA+6,17%	–	(3.624)	14.073	10.449	1.132.757	(29.475)	–	1.103.282	1.113.731	990.891
		–	**(8.638)**	**45.835**	**37.197**	**3.118.152**	**(52.875)**	**–**	**3.065.277**	**3.102.474**	**2.707.427**

		Controladora 2023									
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	**Encargos anuais médios**	**Principal**	**Custo de captação**	**Encargos**	**Total**	**Principal**	**Custo de captação**	**Encargos**	**Total**	**Total**	**Valor justo**
Debêntures - 11ª emissão	CDI+1,64%	75.004	(483)	528	75.049	75.004	(483)	–	74.521	149.570	152.998
Debêntures - 12ª emissão	IPCA+4,30%	–	(5.014)	29.625	24.611	1.891.967	(28.414)	–	1.863.553	1.888.164	1.743.621
		75.004	**(5.497)**	**30.153**	**99.660**	**1.966.971**	**(28.897)**	**–**	**1.938.074**	**2.037.734**	**1.896.619**

BNB - Banco do Nordeste; CDI - Certificado de Depósito Interbancário; IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. **b) Perfil de vencimento - consolidado:** O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.



c) Movimentação:

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo no início do exercício	2.396.856	2.023.828	2.037.734	2.023.828
Captações	1.566.501	348.208	1.100.000	–
Provisão de juros (Nota 6)	213.476	125.090	149.295	111.069
Atualização monetária (Nota 6)	126.938	83.344	126.938	83.344
Apropriação de custos de captações (Nota 6)	8.510	5.565	8.312	5.498
Adição dos custos de captação	(38.319)	(3.174)	(35.430)	–
Juros pagos	(142.969)	(111.012)	(134.367)	(111.012)
Liquidações (i)	(151.122)	(74.993)	(150.008)	(74.993)
Saldo no final do exercício	**3.979.871**	**2.396.856**	**3.102.474**	**2.037.734**

(i) O principal pagamento, trata-se do montante de R$ 150.008, liquidado em duas parcelas de igual valor, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2024, referente ao pagamento do principal da 11ª emissão de debênture.

d) Principais captações:

						Liberação	
	Modalidade	**Data da contratação**	**Montante Contratado**	**Custo**	**Vencimento**	**2024**	**A ser liberado**
Projeto Sol de Jaíba	BNB	Setembro/ 2022	300.000	IPCA 5,27% a.a.	Setembro/2046	120.000	–
	BNB	Junho/ 2023	200.000	IPCA 5,73% a.a.	Julho/2047	31.792	–
	BNB	Dezembro/ 2023	300.000	IPCA 6,35% a.a.	Janeiro/2047	284.709	15.291
	BNB	Junho/ 2024	30.000	IPCA 11,00% a.a.	Outubro/2034	30.000	–
CESP	13º Debêntures	Março/ 2024	1.100.000	IPCA 6,17% a.a.	Abril/2034	1.100.000	–

e) Garantias:

Ativo ou Projeto	**Modalidade**	**Garantia**
Sol de Jaíba	BNB	Fiança bancária; Contas reservas.

f) Condições restritivas:

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado, e/ou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

11. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil: A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. No exercício findo em 2024, a Companhia não identificou efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito. **(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.654.035	577.734	1.645.430	561.124
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(562.372)	(196.430)	(559.446)	(190.782)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	–	–	(3.627)	10.549
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(5.773)	–	–	–
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(2.697)	(110)	–	–
Incentivo fiscal	72	2.137	–	1.566
Indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos	–	(823.325)	–	(823.325)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(5.365)	(9.376)	(4.457)	(8.501)
IRPJ e CSLL apurados	**(576.135)**	**(1.027.104)**	**(567.530)**	**(1.010.494)**
Correntes	(1.337)	(621.401)	584	(605.466)
Diferidos	(574.798)	(405.703)	(568.114)	(405.028)
IRPJ e CSLL no resultado	**(576.135)**	**(1.027.104)**	**(567.530)**	**(1.010.494)**

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos: Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2024 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros. A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa têm estimativa de serem recuperados em sua totalidade até 2050.

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Efeito em resultado				
Prejuízos fiscais e base negativa	779.016	773.260	777.670	773.260
Provisão de *impairment*	–	510.046	–	510.046
Provisão ativo regulatório	275.685	275.685	275.685	275.685
Provisão para litígios	279.883	333.964	279.883	333.964
Arrendamentos	6	–	6	–
Obrigações socioambientais	30.202	26.992	30.202	26.992
Outras provisões	51.672	58.812	51.488	58.600
	1.416.464	1.978.759	1.414.934	1.978.547
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego (i)	286.039	555.249	286.039	555.249
Custo atribuído de imobilizado	408.053	423.220	408.053	423.220
	694.092	978.469	694.092	978.469
Total de ativos diferidos	2.110.556	2.957.228	2.109.026	2.957.016

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Efeito em resultado				
Repactuação de risco hidrológico	(227.492)	(234.772)	(227.492)	(234.772)
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(13.445)	(13.555)	(13.445)	(13.555)
Ajuste a valor presente de acordos de ativos indenizáveis	–	(1.599)	–	(1.599)
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(8.002)	–	–	–
Ajuste a valor presente de condicionantes ambientais	(9.643)		(9.643)	
Outras provisões	–	(8.520)	–	(8.520)
Total de passivos diferidos	(258.582)	(258.446)	(250.580)	(258.446)
Diferido Líquido	**1.851.974**	**2.698.782**	**1.858.446**	**2.698.570**
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	1.859.976	2.698.782	1.858.446	2.698.570
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(8.002)	–	–	–
	1.851.974	**2.698.782**	**1.858.446**	**2.698.570**

(i) Saldos de impostos diferidos, que de acordo com avaliação da Administração, se realizarão durante o curso normal do negócio e dentro do período de vigência das concessões detidas pela Companhia, quando aplicável. **(c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:**

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo no início do exercício	2.698.782	3.000.824	2.698.570	2.999.937
Efeitos de IRPJ e CSLL diferidos no resultado	(574.798)	(405.703)	(568.114)	(405.028)
Entidade de previdência à empregados	(272.010)	–	(272.010)	–
Saldo no final do exercício	**1.851.974**	**2.595.121**	**1.858.446**	**2.594.909**

(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros esperados, juntamente com estratégias de planejamento tributário. Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal, base negativa e demais ajustes temporários em 31 de dezembro de 2024, com efeito em resultado:

					Consolidado
	2025	**2026 a 2027**	**2028 a 2030**	**2031 a 2033**	**A partir de 2034 até 2050**	**Total**
Realização de diferido com efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	(133.270)	(469.869)	(101.111)	89.024	1.394.242	779.016
Demais ajustes temporários	140.195	288.313	204.566	230.723	209.161	1.072.958
	6.925	**(181.556)**	**103.455**	**319.747**	**1.603.403**	**1.851.974**

12. Provisão para litígios

Política contábil: A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável. As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos. A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação:

					Consolidado	
					2024	**2023**
	Cíveis	**Trabalhistas**	**Ambientais**	**Tributárias**	**Total**	**Total**
Saldo no início do exercício	865.114	64.939	46.021	7.041	983.115	1.183.358
Atualização monetária (Nota 6)	59.763	2.048	4.251	467	66.529	45.877
Provisão/(reversão) (Nota 5)	(166.767)	9.482	(7.153)	3.918	(160.520)	(147.049)
(–) Pagamentos	(52.884)	(10.406)	(2.414)	(115)	(65.819)	(99.071)
Saldo no final do exercício	**705.226**	**66.063**	**40.705**	**11.311**	**823.305**	**983.115**
Circulante	28.518	39.278	–	1.885	69.681	107.741
Não circulante	676.708	26.785	40.705	9.426	753.624	875.374
	705.226	**66.063**	**40.705**	**11.311**	**823.305**	**983.115**

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis. **(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis:** A composição por natureza dos processos avaliados com probabilidade de perda possível é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Cíveis	766.311	792.331
Tributárias	484.115	456.377
Ambientais	288.620	306.380
Trabalhistas	20.007	39.249
	1.559.053	**1.594.337**

Independente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira. A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

Diretoria

Mario Antonio Bertoncini
Diretor Presidente

Priscila Rochinha Lino
Diretora

Contadora

Renata Lopes de Oliveira Moser
Contadora CRC: PR-080469/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.aurenenergia.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 24 de fevereiro de 2025, sem modificações.

DESCONTOS

Programa Desenrola Rural entra em vigor

A partir desta segunda-feira (24), produtores da agricultura familiar com dívidas em instituições bancárias ou com a União podem renegociar seus débitos e voltar a acessar o crédito rural via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, os descontos, por meio do Desenrola Rural, são de até 96% no valor das dívidas.

Em nota, a pasta informou que, com o início do prazo, os produtores já podem procurar uma agência bancária para consultar sua situação junto a instituições com as quais têm dívidas. Aqueles com débitos inscritos na Dívida Ativa da União têm até o dia 30 de maio para se inscrever no Desenrola Rural. Já para os que têm dívidas junto ao Pronaf, o prazo vai até 31 de dezembro.

O objetivo, segundo o ministério, é auxiliar um total de mais de 1,35 milhão de agricultores com dívidas em atraso há mais de um ano – mais de 250 mil apenas ao longo de 2025. A proposta é envolver, sobretudo, inscritos na Dívida Ativa da União – por esse motivo, a pasta destaca que não haverá prejuízo para o Tesouro. "A ideia é fazer com que os agricultores possam voltar a poder financiar suas produções".

"A medida dará a oportunidade aos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de renegociarem créditos em situação de inadimplência. Dessa forma, os beneficiários poderão voltar a acessar o crédito rural e aumentar a oferta da produção de alimentos saudáveis para a mesa do povo brasileiro."

O objetivo, segundo o ministério, é auxiliar um total de mais de 1,35 milhão de agricultores com dívidas em atraso há mais de um ano

ENTENDA.

O Desenrola Rural foi sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva este mês e tem como meta incluir mais agricultores no crédito rural. Parte dos produtores com dívidas, segundo a pasta, não deve mais ao banco, mas permanece em cadastros negativos, os chamados scores negativos. São pessoas que repactuaram suas dívidas, mas o bancos as mantiveram numa espécie de lista negativa.

Dados do ministério indicam que, dos cerca de 1,35 milhão de produtores da agricultura familiar que possuem dívidas em atraso há mais de um ano, 70% estão com restrições nos bancos e 30%, com restrições nos serviços de proteção ao crédito – muitos por atrasos nas contas de água, luz e telefone. O número equivale a 25% dos 5,43 milhões de produtores, assentados e membros de comunidades tradicionais elegíveis para o Pronaf.

O levantamento feito pela pasta mostra ainda que 69% das dívidas financeiras tinham valores de até R$10 mil; cerca de 22%, de R$10 mil a R$50 mil; e 9% eram dívidas acima de R$50 mil. Entre as dívidas não financeiras, ou seja, as que não correspondem a empréstimos, 47% dos agricultores familiares têm dívidas inferiores a R$ 1 mil, débitos menores que um salário mínimo. **(AB)**

NAS LAVOURAS

Agroecologia pode retardar efeitos da crise climática

O excesso de calor dos últimos dias está afetando lavouras de soja, milho e arroz na Região Sul do Brasil e também plantações de café e de frutas na Região Sudeste. A cada ano aumentam os impactos causados pelas mudanças climáticas sobre a produção de alimentos.

De acordo com a climatologista Francis Lacerda, pesquisadora do Instituto Agronômico de Pernambuco, estratégias de agroecologia podem retardar esses efeitos e diminuir a ameaça de insegurança alimentar. Pelo menos por enquanto. "Existem práticas que podem ainda reduzir esses efeitos. Eu digo ainda porque daqui a pouco não vai poder mais", alerta a especialista.

A primeira missão é reflorestar. "Uma prática que se faz muito na agroecologia é o consórcio. Você planta uma árvore frutífera e, do lado, você planta uma leguminosa, feijão, milho, faz esse plantio todo junto... E essas plantas vão interagir de uma forma que vão beneficiar umas às outras. Tem uma que vai buscar água lá no fundo, porque a raiz dela é pivotante, mas outra que não consegue. Aquelas plantas que não aguentam muita incidência de radiação ficam melhores [quando] associadas a árvores grandes, que fazem sombra para elas. A gente precisa fazer um reflorestamento e implementar esse modelo do sistema agroflorestal," diz a especialista.

Ela acrescenta que a diversificação de culturas favorece a fertilidade e proteção dos solos, além de reduzir os riscos de pragas e doenças, "contribuindo para a não utilização de agrotóxicos e garantindo ao agricultor vantagens ambientais e financeiras, tais como investimentos mais baixos e colheita de produtos diversificados, evitando riscos econômicos provenientes de condições climáticas extremas".

MUDANÇAS SURPREENDEM AGRICULTORES.

A climatologista lembra que a grande maioria dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras é produzida por agricultores familiares, que se veem cada vez mais surpreendidos com as mudanças no clima.

"Porque eles não conseguem mais ter as práticas que tinham de plantar em tal período, de colher em outro. E geralmente quando a gente tem essas ondas de calor, [o total] de alguns organismos no ecossistema que são mais resilientes - insetos, fungos e bactérias - aumenta muito e eles arrasam com a produção", acentua.

Por isso, Francis defende também políticas públicas de implementação de tecnologias para que as comunidades consigam captar e armazenar a própria água e gerar a energia consumida, ficando menos vulneráveis aos efeitos climáticos.

Deve-se "dar autonomia a essas comunidades para produzir o próprio alimento dentro dessas condições, e ainda fazer o reflorestamento da sua propriedade, é possível, é barato e os agricultores querem", salienta.

Enquanto isso não é feito em larga escala, a incidência de algumas espécies vegetais endêmicas dos biomas brasileiros está diminuindo, de acordo com a climatologista, "inclusive espécies adaptadas para se desenvolver em áreas secas e quentes". **(AB)**

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 24/02/2025 23:58:32 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
ICP Brasil
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S.Paulo com circulação em bancas de jornais e assinantes.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo site *https://flip.gazetasp.com.br*